

Evaldo Inojosa

De calote em calote, ele vai levando

Regina Perez e
Luciana Crespo

O calote que a Constituinte poderá institucionalizar a partir da anistia para as dívidas bancárias dos pequenos produtores e micro-empresários não chega a ser uma grande novidade no Brasil. Principalmente quando se trata de dinheiro público e o credor é o governo. O calote já é tradição em pelo menos um setor: o dos usineiros do açúcar, que têm como principal protagonista o empresário Evaldo Inojosa, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, fundador da semimorta Coperflu e dono da Usina do Outeiro, em Campos.

Inojosa, um pernambucano de 61 anos que se diz "naturalizado" alagoano, costuma contestar a maioria dos débitos atribuídos à sua usina, mas em roda de amigos afirma sem a menor cerimônia que não pagou, não paga, nem pagará a dívida acumulada com o governo. O montante dessa dívida é difícil de avaliar, mas o calote de Inojosa começa no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) — onde só a Coperflu deixou um rombo de US\$ 247 milhões (Cz\$ 46 bilhões, pelo câmbio oficial). Além disso, a Usina Outeiro há anos não recolhe ICM, não paga à Previdência, não presta contas à Receita Federal e nem mesmo transfere o imposto sindical para o sindicato dos trabalhadores de Campos. Só a dívida em ICM da Outeiro, já inscrita na dívida ativa (com cobrança judicial) totaliza Cz\$ 807 milhões, mais da metade do débito computado por nove outras usinas do Norte-Fluminense que é de Cz\$ 1 bilhão 256 milhões.

"O ICM sobre a cana própria (plantada pelo usineiro) não é devido, nem devemos pagar ICM sobre o preço do IAA", argumenta Inojosa que prefere transportar a discussão para o plano judicial, onde os processos rolam anos sem que se tenha que liquidar a dívida.

Coperflu — Estima-se que a dívida total das 16 usinas açucareiras baseadas em Campos chegue a US\$ 800 milhões e a maior parte cabe às cinco usinas que permanecem filiadas à Coperflu (além da Outeiro, a Paraíso — que está em concordata — Santa Maria, Baixa Grande e São João). Cerca de 80% dessa dívida está nas mãos do governo e foi acumulada na forma de avais, empréstimos diretos ou via sonegação de impostos. Esse rombo, cujo destino foi obviamente os cofres públicos, não é o que incomoda aos usineiros. Volta e meia o governo anuncia um novo programa de consolidação dos débitos, diminui os juros, faz parcelamentos especiais e continua sem receber nem um tostão dos usineiros.

Em relação à dívida contraída em dólar pelas usinas do Rio, Inojosa já chegou a dizer que "tecnicamente ela pertence ao governo", que avaliou US\$ 150 milhões em empréstimos aos usineiros,



Dívida que realmente incomoda é com bancos privados: eles cobram

através do IAA. Ele até chega a admitir o pagamento dessa dívida, desde que seja no que denomina "moeda-açúcar", ou seja, em sacas de açúcar, um novo meio de pagamento que chegou a ser sancionado pelo Conselho Monetário Nacional.

Valendo apenas para os usineiros fluminenses, o CMN efetivamente aprovou o pagamento da dívida contraída em dólar (honrada pelo IAA e pelo Banco do Brasil) em sacas de açúcar. Só que o voto foi aprovado *ad referendum* — consultando apenas os ministros da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio — no dia 14 de março de 1975. Ou seja, literalmente no apagar das luzes da Velha República. Inojosa, entretanto, também tenta se valer de outras resoluções mais antigas do CMN que também autorizavam o pagamento de dívidas em dólares com sacas de açúcar. Só que nas levadas anteriores a Coperflu ficou de fora. Sem dizer que o açúcar produzido no estado do Rio nem ao mesmo serve para a obtenção de divisas, via exportação, porque é de baixa qualidade.

Mas a dívida que realmente incomoda é a que foi contraída junto aos bancos privados "porque eles cobram", admite uma fonte ligada aos usineiros. E realmente cobram. Prova disso são os escritórios da Coperflu em Campos, que estão fechados porque simplesmente um dos bancos credores confiscou cadeiras, mesas e até aparelhos de telefone e telex. A razão para o confisco de miudezas também é simples: as usinas praticamente não possuem patrimônio, e boa parte da dívida foi contraída para aquisição de bens em nome de seus proprietários.

Sem crédito — Mais uma vez Evaldo Inojosa é o exemplo de tal situação. Sua usina não possui absolutamente nenhum crédito na praça, embora ele seja proprietário de fazendas de gado na Bahia, uma imobiliária em Cabo Frio e também se aventure na exploração florestal. Somente para seu

uso pessoal, Inojosa dispõe de seis imóveis: um apartamento no condomínio Atlântico Sul, na Barra da Tijuca (Rio); casas em Cabo Frio, São João da Barra, na Outeiro, em Maceió e em Recife. No Rio, Inojosa desfila num reluzente Mercedes e todos os fins de semana embarca de avião para Campos. Há quem garanta que o Mercedes nunca foi a Campos porque seu dono teme o confisco por parte dos credores locais, que vão de simples trabalhadores a agiotas do mercado.

A dívida de Evaldo Inojosa com os 2 mil empregados que ele admite ter em sua usina é um capítulo à parte em sua história. Com tradição em salários com até três meses de atraso, os empregados da Outeiro não dispõem de nenhum tipo de crédito em Campos. São obrigados a adquirir comida e remédios somente nos armazéns da usina para descontar em folha. Os fornecedores só vendem para a Outeiro à vista e ultimamente não há comida nem remédios no armazém para atender aos empregados que não recebem desde abril. Há cerca de um mês chegou uma partida de sal e canjiquinha. Houve fila para compra e o estoque não foi suficiente para todo mundo.

Com especial talento para cultivar amizades que ocupam cargos importantes dentro do governo, Evaldo Inojosa teve sua época de ouro durante a Velha República. Amigo do ex-ministro Delfim Netto, Inojosa costuma contar que se encarregou pessoalmente de persuadi-lo a aceitar a embaixada de Paris na época do governo Geisel, evitando que sua cabeça fosse decepada pelo presidente. Também o ex-presidente da Petrobrás e ex-ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, mantinha estreitos laços com Inojosa. No Rio, mesmo quando presidente da Petrobrás — que até hoje detém o monopólio da comercialização do álcool —, Ueki só se hospedava num apartamento de propriedade de Inojosa na Barra.